

Violência estrutural e as consequências na vida de mulheres com deficiência intelectual
Structural violence and the consequences on the lives of women with intellectual disabilities
la violencia estructural y sus consecuencias en la vida de las mujeres con discapacidad
intelectual

Maria Nazaré Souza dos Passos^{*1}, ConfiguraçõesMarta Regina Chaves Camilo², Luciana da Rocha Cabral³,
Regina Célia de Oliveira⁴, Inácia Sátiro Xavier de França⁵

RESUMO

Objetivo: realizar um estudo de revisão integrativa com enfoque na violência estrutural e as consequências na vida de mulheres com deficiência intelectual. **Métodos:** revisão integrativa, realizada para avaliar as publicações no campo da violência estrutural entre mulheres com deficiência intelectual de 2016 a 2023 utilizando as bases de dados SCOPUS, Web of Science; Google Scholar e o Portal de periódicos CAPES, utilizando 6 artigos considerados relevantes. **Resultados:** a pesquisa aponta que mulheres com deficiência intelectual são mais propensas a sofrerem abusos sexuais por parceiro íntimo, e que a falta de informações e a dificuldade no atendimento por parte dos profissionais compromete seus direitos sexuais e reprodutivos. **Considerações Finais:** assim, revela-se que a violência estrutural afeta mulheres com deficiência intelectual, sendo necessário o fortalecimento das políticas públicas e a qualificação dos profissionais envolvidos.

DESCRITORES: Violência estrutural; Violência social; Deficiência intelectual; Mulher.

ABSTRACT

Objective: To conduct an integrative review study focusing on structural violence and its consequences in the lives of women with intellectual disabilities. **Methods:** an integrative review was carried out to evaluate publications in the field of structural violence among women with intellectual disabilities from 2016 to 2023 using the SCOPUS, Web of Science, Google Scholar and CAPES journals databases, using 6 articles considered relevant. **Results:** The research shows that women with intellectual disabilities are more likely to be sexually abused by an intimate partner, and that the lack of information and difficulty in providing care by professionals compromises their sexual and reproductive rights. **Final considerations:** this reveals that structural violence affects women with intellectual disabilities, and that public policies need to be strengthened and the professionals involved need to be qualified.

DESCRIPTORS: Structural violence; Social violence; Intellectual disability; Woman.

RESUMEN

Objetivo: realizar un estudio de revisión integradora centrado en la violencia estructural que sufren las mujeres con discapacidad intelectual. **Método:** revisión integradora, realizada para

^{1,2,3,4,5} Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa – PB. *marianazare.passos@upe.br

evaluar las publicaciones en el campo de la violencia estructural en mujeres con discapacidad intelectual de 2016 a 2023 utilizando las bases de datos SCOPUS, Web of Science; Google Scholar y CAPES Journal Portal, utilizando 6 artículos considerados relevantes. **Resultados:** la investigación señala que las mujeres con discapacidad intelectual son más propensas a sufrir abusos sexuales por parte de sus parejas íntimas, y que la falta de información y la dificultad de atención por parte de los profesionales compromete sus derechos sexuales y reproductivos. **Consideraciones finales:** Así, se revela que la violencia estructural afecta a las mujeres con discapacidad intelectual, requiriendo el fortalecimiento de las políticas públicas y la cualificación de los profesionales involucrados.

DESCRIPTORES: Violencia estructural; Violencia social; Discapacidad intelectual; Mujer.

INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 45,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência mental ou intelectual, motora, auditiva ou visual, desse total, mais de 17,7 milhões relataram alguma deficiência considerada severa.¹ Diante disso, mais de um bilhão de pessoas da população global convivem com algum tipo de deficiência.²

O Decreto nº 6.949 de 2009, promulga a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em março de 2007, com o intuito de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e fundamentais.³ A partir desse momento, o Estado brasileiro lança em 2011 o Plano Viver Sem Limites, pelo Decreto nº 7.612 de 2011, com o objetivo de integrar e promover ações estratégicas intersetoriais e integradas, constituindo-se em quatro eixos de atuação: educação, acessibilidade, inclusão social e atenção à saúde.⁴

Portanto a lei brasileira de inclusão, Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, no seu artigo 2º. “considera-se pessoa com deficiência, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza, física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.⁵ Contudo, uma Rede de Cuidados à PcD se organizará nos seguintes componentes: I - Atenção Básica; II- Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências.⁶

Diante desse contexto, o conceito de violência estrutural contra mulheres com deficiência é definida: por ser aquela praticada por ação e/ou omissão nas instituições prestadoras de serviços públicos e pode ser compreendida de maneira mais ampla como a falta de acesso aos serviços e sua má qualidade da prestação.⁷

A violência estrutural é uma deficiência considerada evitável dentro das necessidades humanas fundamentais.⁸ Dentro deste contexto de extrema desigualdade social, uma parte da população é excluída e por isso, não tem acesso a seus direitos, abrindo espaço para a desvalorização da vida e banalização da morte e da impunidade.⁹

Portanto, a população feminina, enfrenta vários desafios, entre os quais, a grande necessidade de mudanças de paradigmas quanto à discriminação em relação ao gênero e das desigualdades que são sofridas pela deficiência. Dessa forma, a deficiência passou a ser considerada como uma experiência de opressão e de imposição social.¹⁰

Em circunstâncias educacionais e clínicas, a avaliação diagnóstica de pessoas com Deficiência Intelectual (DI) ainda se mantém como uma questão problemática para diversos profissionais da educação e demais profissionais da saúde, que de acordo com *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD)*, a DI refere-se à incapacidade que limita o funcionamento intelectual e o comportamento adaptativo, o qual envolve habilidades conceituais, sociais e práticas fundamentais nas experiências do cotidiano.¹¹⁻¹²

Compreende-se que as pessoas com DI geralmente possuem dificuldades que são relativas às habilidades adaptativas sociais, verificando problemas de comportamentos sociais. Essas habilidades exigem o desenvolvimento da linguagem verbal e não verbal de forma a substituir informações e ferramentas críticas que facilitem o entendimento e a análise de mensagens nos ambientes cultural e social.¹³

Diante disso a Organização Mundial da Saúde no Relatório Mundial sobre Deficiência,¹⁵ refere-se à epidemiologia da deficiência,¹⁴ como uma forma de pensar as relações e interações entre saúde e deficiência, em especial na interrelação com as comorbidades, problemas de saúde e fatores ambientais.¹⁵

Nesse aspecto, faz-se necessário a identificação de políticas públicas de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a essas necessidades e realidades de grupos populacionais específicos, suscetível pela condição econômica, social, ambiental, de discriminações enfrentadas cotidianamente na sociedade, como acontece com as mulheres.¹⁶

Ademais, em uma publicação recente, o Ministério da Saúde (MS) destaca qual o papel que os profissionais de saúde na prestação da assistência às mulheres com deficiência. Esse cuidado deve possibilitar a mulher exercer a sua autonomia na vida cotidiana, seja na sexualidade, na gestação, na falta de acessibilidade física, comunicação e atitudinal nos serviços, também no acesso aos dispositivos de tecnologia assistiva e equipamentos de saúde.¹⁶

Diante disso, as dificuldades de acesso enfrentado pelas PcD em relação ao baixo investimento nas equipes de saúde, dificulta o acesso aos serviços pelas pessoas com deficiência, porque em geral, o investimento é reduzido no sentido da sensibilização e informações sobre as diferenças, as especificidades e as estratégias para anular a deficiência, tornando-a uma limitação funcional.¹⁷

Para tanto, faz-se necessário o levantamento dos equipamentos comunitários de apoio social e governamental, bem como a educação continuada dos profissionais da saúde e da assistência social, como também a criação ou ampliação das modalidades de acesso, integrando as diferentes etapas de atenção.¹⁷

Portanto, em 2009 foi realizada uma pesquisa no Estado de PE, onde foram identificadas 17.391 pessoas, das quais 1.753 possui algum tipo de DI, e que esta apresenta-se em maior quantidade na Região de saúde I (47,9%) que compõe as 19 cidades da Região Metropolitana do Recife, mais a ilha de Fernando de Noronha, e na Região de Saúde II (10,2%) que compõe 20 cidades na Zona da Mata Norte. Em relação ao gênero, 53, 5%, são do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino e 95,9% pertencem às classes C/D/E.¹⁸

A presente investigação tem como objetivo realizar um estudo de revisão integrativa com enfoque na violência estrutural e as consequências na vida de mulheres com deficiência intelectual. Visto que as ofertas em saúde para uma atenção de qualidade no campo da saúde sexual e saúde reprodutiva, sejam pautadas na escuta qualificada, nas mudanças de paradigmas quanto às desigualdades sofridas pela deficiência.

MÉTODO

Trata-se de estudo exploratório e descritivo, baseado no método de revisão integrativa, que constará as seguintes etapas: 1- Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2- Estabelecimento de critérios de inclusão/exclusão de artigos (seleção da amostra); 3- Definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; 4- Análise dos resultados; 5- Apresentação e discussão da revisão integrativa.

A etapa 1 - A revisão será norteada pela questão: Quais os efeitos que a violência estrutural pode causar em mulheres com deficiência intelectual? Etapa 2 - Busca de artigos na literatura, no período de 20 de maio a 8 de junho de 2023, nas bases de dados SCOPUS, WEB OF SCIENCE, Google Scholar e o Portal de periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores: “*structural violence*”, “*social violence*”, “*intellectual disability*”, “*woman*”, com o uso dos operadores booleanos: AND, OR. Etapa 3 - Foram selecionados artigos internacionais, escritos em inglês ou espanhol, de acesso

aberto, publicados na íntegra e que apresentem dados primários sobre violência estrutural entre mulheres com deficiência intelectual, no período de 2016 a 2023

Foram estabelecidos os critérios de inclusão: artigos que estivessem em língua espanhola ou inglesa, desde que respondessem à pergunta central.

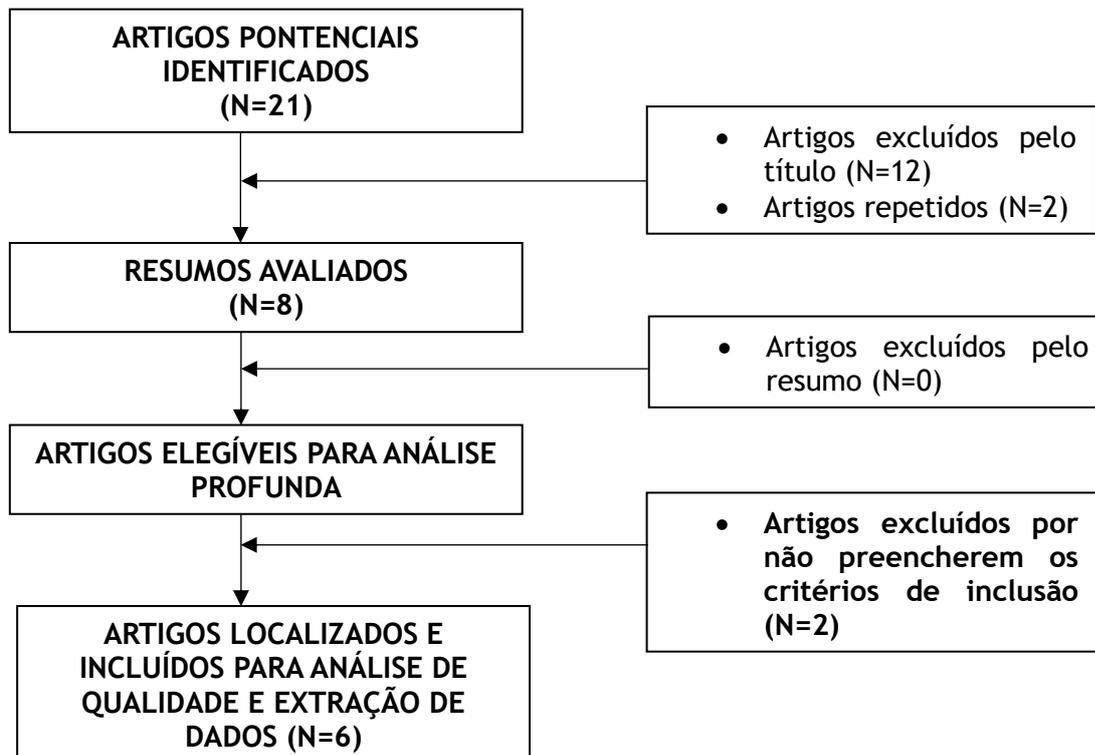
De Exclusão: artigos que não tivessem em acesso aberto, indisponibilidade do artigo, artigos repetidos e que não abordassem o tema da pesquisa.

Dentre os aspectos éticos: por se tratar de uma pesquisa que utiliza apenas dados referentes às fontes secundárias e disponíveis para a consulta do público, não foi necessária aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa para realização.

RESULTADOS

Mediante os procedimentos metodológicos adotados na revisão integrativa, revelou-se uma síntese abrangente e atualizada da literatura existente sobre a violência estrutural entre mulheres com deficiência intelectual. Foram incluídos um total de 6 estudos relevantes, selecionados a partir de uma busca nas bases de dados supracitadas, para melhor elucidar a pesquisa realizada no fluxograma que apresenta a coleta de dados realizada para o alcance desse corpus.

Fluxograma 1 - Coleta de dados



Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, PE, Brasil, 2023

A análise de qualidade e extração de dados conforme o processo de uma revisão integrativa foi realizado por meio do método de instrumentalização¹⁹ e adaptado pela autora. Desta forma proporciona uma visão panorâmica dos estudos analisados, identificando os padrões, lacunas e tendências na literatura. Portanto a seguir, apresentaremos 6 quadros referentes a síntese e discussão dos artigos incluídos na presente revisão integrativa.

Quadro 1 - Apresentação da síntese do artigo número 1, Recife, PE, Brasil, 2023

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
“Put bluntly, they are targeted by the worst creeps society has to offer”: Police and professionals’ views and actions relating to domestic violence and women with intellectual disabilities.	McCarthy, M.; Bates, C.; Triantafyllopoulos, P.; Hunt, S.; Skillman, K. M. JARID - Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities , 2018.	Pesquisa transversal conduzida com 717 policiais e outros profissionais em uma grande variedade de locais no Reino Unido. Por meio de uma pesquisa on-line, focada em experiência direta, atitudes e respostas. A análise estatística descritiva foi realizada utilizando o SPSS versão 21 e as respostas em texto livre foram codificadas e analisadas para a chave de temas.	172 policiais e 539 profissionais da área da saúde. Em que 62,2% dos entrevistados da polícia eram mulheres, assim como a maioria destes 172 policiais são brancos e britânicos. Os profissionais da saúde entrevistados em sua maior parte, também, eram mulheres, sendo 84,8%, destas brancas e britânicas.	Nível 4
Intervenção estudada		Resultados	Recomendações /conclusões	
A violência doméstica vivida por mulheres com deficiências intelectuais. A aprovação ética foi obtida a partir da Ética na Pesquisa de Assistência Social (SCREC).		A maioria, tanto dos profissionais quanto da polícia acreditavam que as mulheres com DI eram deliberadamente	É necessário mais treinamento tanto para a polícia quanto para os demais profissionais da área de saúde, que estejam	

	alvo de violência e homens abusivos. Os entrevistados estavam cientes da complexidade dos casos como consequência dessas mulheres terem DI.	especificamente voltados para a violência doméstica, visto que afetam diretamente as mulheres com DI.	
--	---	---	--

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, Brasil, 2023

Quadro 2 - Apresentação da síntese do artigo número 2. Recife, PE, Brasil, 2023.

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
Out off shadows: Violence against girls and women with disabilities in Portugal	Pinto, Paula Campos. Alter European Journal of Disability Research, 2016.	Metodologia e instrumentos de coleta de dados desenvolvidos e testados pela <i>Disability Rights Promotion International</i> (DRPI), que foi adaptado para atender adolescentes de 12 a 17 anos, através de um questionário semi-estruturado, por meio de uma metodologia participativa e emancipatória. Foram realizadas 60 entrevistas com adolescentes e adultos com vários tipos de deficiências, em três regiões do país: Lisboa, Região Norte e Sul.	Os participantes foram recrutados por meio de uma abordagem mista que combinou a técnica de bola de neve com a amostragem estratificada não representativa. Foram identificadas quatro variáveis independentes chaves: tipo de deficiência, sexo, faixa etária e nível de escolaridade. Das 60 entrevistadas, 31 envolveram meninas e mulheres com deficiência entre 12 e 70 anos.	Nível 4

Intervenção estudada	Resultados	Recomendações /conclusões	
<p>A violência contra meninas e mulheres com deficiência em Portugal. Abordando três pontos fundamentais: que formas de violência são mais prevalentes? Qual a importância do tema em Portugal? Como garantir o direito destas à proteção contra a violência? Todos os tipos de deficiência estavam representados no grupo: Deficiência de mobilidade (15 participantes); cegueira ou baixa visão (12 participantes); Deficiência intelectual (10 participantes); deficiência psicossocial (08 participantes); perda auditiva (09 participantes); deficiência múltipla (04 participantes).</p>	<p>Os dados mostram uma alta prevalência de situações de abuso entre meninas e mulheres com deficiência, incluindo violência psicológica, física, sexual, financeira e social. Os resultados são discutidos à luz dos princípios de direitos humanos.</p>	<p>Mais pesquisas são necessárias para entender melhor como a intersecção de deficiência e gênero expõe meninas e mulheres com deficiência a um risco aumentado de abuso e violência e as formas que tal violência pode levar. Em suas diversas formas, a violência vivenciada por estas mulheres emergiu de práticas, processos e relações sociais opressoras, profundamente marcadas por desigualdades de gênero e deficiências.</p>	

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, Brasil, 2023.

Quadro 3 - Apresentação da síntese do artigo número 3. Recife, PE, Brasil, 2023

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
A scoping review of measurement of violence against women and disability	Meyer, Sarah R.; Stockl, Heidi; Vorfeld, Cecilia; Kamenov, Kaloyan; García-Moreno, Claudia. Plos one, 2022	Realizada uma busca sistemática nas bases de dados: PubMed, PsycINFO, Embase, CINAHL, PILOTS, ERIC, Social Work Abstracts, International Bibliography of the Social Sciences, Social Services Abstracts, ProQuest Criminal Justice e Dissertations & Theses Global. Assim como em buscas estruturadas de estatísticas e pesquisas nacionais e literatura cinzenta.	A pesquisa foi focada na interseção entre deficiência e violência. A busca em 16 bancos de dados resultou em 9.697 artigos e revisão das listas de referências de revisões sistemáticas existentes ou outras revisões de literatura ou contribuições de especialistas produziram 202 artigos adicionais.	Nível 4
Intervenção estudada	Resultados	Recomendações /conclusões		
Uma ampla pesquisa bibliográfica, incluindo estatísticas nacionais, literatura cinzenta e pesquisas publicadas (DHS e pesquisas nacionais de VAW).	Foi identificado uma ampla gama de evidências quantitativas. Isso resultou em uma visão abrangente da literatura existente, mas, dada a abrangência da revisão de escopo, a imagem é de vários corpos díspares e distintos de literatura.	Várias questões-chave - como e por que diferentes vulnerabilidades se cruzam com a deficiência e resultam em vitimização por violência, as percepções e experiências de mulheres com deficiência sobre programas de prevenção e resposta à		

		<p>violência e o papel da discriminação por deficiência na condução dos níveis de violência - não são adequadamente abordados na literatura quantitativa.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, Brasil, 2023

Quadro 4 - Apresentação da síntese do artigo número 4. Recife, PE, Brasil, 2023

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
Sexual health concerns in women with intellectual disabilities: a systematic review in qualitative studies	Matin, Behzad Karami; <i>et al.</i> BMC Public Health, 2021.	Uma revisão sistemática de artigos qualitativos foi realizada nas bases de dados PubMed, Web of Science, Scopus e PsycINFO de junho de 2018 a agosto de 2018. Com estratégia de busca de acordo com dois focos principais: (1) sexualidade; e (2) mulheres com DI.	As buscas foram limitadas a artigos publicados de janeiro de 2000 a dezembro de 2017. Nesta revisão, foram incluídos estudos sobre mulheres com 16 anos ou mais. Resultados: Nas quatro bases de dados, a busca encontrou 274 artigos únicos. Após três etapas de triagem (título, resumo e texto completo), 22 estudos foram incluídos na revisão final.	Nível 4
Intervenção estudada	Resultados	Recomendações /conclusões		

<p>As preocupações e necessidades de saúde sexual vivenciadas por mulheres com DI.</p>	<p>Dificuldade com a falta de experiência sexual, experiências negativas com a sexualidade, atitudes negativas em relação à sexualidade por parte de indivíduos sem deficiência, capacidades cognitivas limitadas para compreender a identidade sexual, falta de acesso a informações sobre saúde sexual, falta de apoio das famílias e cuidadores sobre sexualidade.</p>	<p>As mulheres com DI precisam receber educação sexual escolar adaptada ao nível de compreensão necessário para obter o conhecimento para os relacionamentos sexuais, e praticar sexo seguro quando escolherem essa opção. As famílias, juntamente com os sistemas de educação e saúde devem oferecer oportunidade para que as mulheres com DI possam falar sobre suas necessidades e escolhas.</p>	
--	---	---	--

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, PE, Brasil, 2023

Quadro 5 - Apresentação da síntese do artigo número 5. Recife, PE, Brasil, 2023

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
Partner violence hospitalizations among adults with intellectual disabilities	Li <i>et al.</i> American Journal of Preventive Medicine, 2023	Estudo de coorte retrospectivo usando o Healthcare Cost and Utilization Project National Hospital Sample, 2013-2019.	Foram analisados 1.179.282 registros de internações, sendo identificados casos de 112.565 homens e 83.982 mulheres com DI, as análises foram realizadas em 2021 e 2022.	Nível 3

Intervenção estudada	Resultados ²	Recomendações / conclusões	
Adultos com DI foram identificados por meio de códigos de diagnóstico. Um grupo de controle sem DI foi pareado em uma proporção de 1:5.	As mulheres com DI tiveram maior risco de hospitalização relacionadas à violência praticada pelo parceiro íntimo (RR = 16,44; IC 95% = 12,60, 21,45; p<0,001), os riscos permanecem robustos após o ajuste para características sociodemográficas e hospitalares.	A DI e o sexo feminino aumentaram o risco de hospitalização relacionadas à violência do parceiro íntimo. Este estudo ressalta a necessidade de prestação de serviço melhorado e especializado em sistemas de saúde, legais, criminais e outros para promover segurança e cura para pessoas com DI.	

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, PE, Brasil, 2023

Quadro 6 - Apresentação da síntese do artigo número 6. Recife, PE, Brasil, 2023

Nome da pesquisa	Autores e periódico	Detalhamento metodológico	Detalhamento amostral	Nível de evidência
The intersectional jeopardy of disability, gender and sexual and reproductive health: experiences and recommendations	Mac-Seing, Muriel <i>et al</i> , 2020. Sexual and reproductive health Matters 2020	Análise baseada na interseccionalidade, por meio de um desenho de estudo de caso "instrumental" múltiplo, definido como a região Norte pós-conflito, e os casos múltiplos incluem sete unidades de saúde de dois tipos diferentes, as	32 mulheres e homens com diferentes tipos de deficiências (física, sensorial e mental) e dois grupos de discussão com 12 pessoas com e sem deficiência auditiva, bem como com pessoas não participantes e não-auditivos, bem como observações	Nível 4

² Tendo em vista o enfoque da pesquisa de analisar a violência estrutural e suas implicações na saúde integral das mulheres com DI, considerou-se apenas os resultados obtidos no que diz respeito às mulheres.

<p>dations of women and men with disabilities in Northern Uganda.</p>		<p>instalações privadas sem fins lucrativos e unidades de saúde públicas.</p>	<p>não-participantes em sete unidades de saúde.</p>	
<p>Intervenção estudada</p>	<p>Resultados</p>	<p>Recomendações/ Conclusões</p>		
<p>O foco deste estudo não foi examinar a organização intrínseca das unidades de saúde, mas sim usá-las como um "instrumento" desenvolver uma melhor compreensão das percepções das pessoas com deficiência quando usam os serviços de SSR.</p>	<p>O acesso das pessoas com deficiência aos serviços de RHS é moldado pelas intersecções de gênero, deficiência e violência, e que os indivíduos. Os indivíduos com deficiência sofreram discriminação tanto em instalações de saúde públicas como privadas sem fins lucrativos.</p>	<p>A interseccionalidade revelou pontos cegos na implementação de políticas e lacunas na utilização de serviços. A cobertura universal de saúde pode ser operacionalizada em medidas acionáveis quando a sua universalidade se conjuga com a justiça social.</p>		

Fonte: Resultado da pesquisa. Recife, PE, Brasil, 2023

DISCUSSÃO

Pesquisa²⁰ mostrou que mulheres com DI estão especialmente vulneráveis a serem vítimas de violência doméstica, devido à exploração de sua vulnerabilidade por agressores. Desse modo, a pesquisa destaca a necessidade de atenção e ação por parte das autoridades e da sociedade para lidar com essa questão. Porém, revelou-se que profissionais envolvidos no atendimento a esses casos podem ter visões negativas e preconceituosas em relação a mulheres com DI, o que compromete a resposta e o tratamento adequado dessas vítimas, contribuindo para a subnotificação dos casos e a falta de suporte necessário.

Em termos de consequências físicas, essas mulheres frequentemente são alvos deste tipo de violência, o que pode resultar em lesões graves. Sua vulnerabilidade pode dificultar sua capacidade de se defender ou buscar ajuda, aumentando a probabilidade de episódios repetidos de violência. Além disso, a exposição repetida à violência pode levar ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e outros problemas de saúde mental.

Corroborando essa perspectiva, apresenta-se²¹ que essas consequências estão intrinsecamente ligadas à perpetuação do ciclo de violência e à limitação do acesso a suporte e proteção adequados. O qual apresenta dados alarmantes sobre a violência vivenciada por meninas e mulheres com deficiência, destacando as consequências dessa violência estrutural em decorrência da falta de formação dos profissionais.

Outrossim, a pesquisa²² examina a medição da violência contra mulheres com deficiência e enfoca a importância de compreender e avaliar adequadamente a violência que essas mulheres enfrentam. Ao abordar a questão da violência estrutural, o estudo aponta que a falta de formação dos profissionais pode resultar em uma resposta inadequada à violência vivenciada por mulheres com deficiência, incluindo a falta de suporte para lidar com as consequências na saúde sexual e reprodutiva.

Ainda no que diz respeito à temática realizaram²³ uma revisão sistemática a qual identificou várias preocupações comuns de saúde sexual entre as mulheres com DI. Dentre essas destacam-se a falta de conhecimento sobre saúde sexual e contracepção: em que muitas mulheres com DI têm acesso limitado a informações precisas e abrangentes sobre saúde sexual, resultando em falta de conhecimento sobre a anatomia e fisiologia sexual, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Um estudo insights importante,²⁴ sobre a prevalência e os padrões de hospitalizações relacionadas à violência por parceiro íntimo (VPI) em adultos com DI, identificou a possibilidade da omissão por parte dos profissionais de saúde e dos sistemas de saúde em geral. Dos quais destacaram a necessidade de uma maior atenção e intervenção, a fim de prevenir e mitigar a violência doméstica e seus impactos na saúde e bem-estar desses indivíduos.

Quanto à violência por comissão, no contexto das hospitalizações relacionadas à VPI em adultos com DI, podem ocorrer situações em que os profissionais de saúde falham em fornecer os cuidados adequados.²⁰ A falta de formação e conscientização dos profissionais de saúde sobre a VPI em pessoas com DI pode contribuir para a ocorrência dessas formas de violência estrutural.

Conquanto, no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR), apresentam-se²⁵ dados de Uganda que adotou legislação a favor da deficiência para promover os direitos desses indivíduos. Portanto, os direitos sexuais e reprodutivos das PcD continuam a ser violados e negados. O estudo identificou lacunas na implementação de políticas e na utilização dos serviços de saúde por parte das pessoas com DI.

Dessa forma, para o atendimento as mulheres com DI, destaca-se um desses profissionais: o enfermeiro. Este profissional desempenha um papel fundamental na sua abordagem holística, habilidades de identificação, apoio emocional, cooperação multidisciplinar e atividades educativas, desempenhando um papel significativo na promoção da segurança, recuperação e bem-estar dessas vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado mostrou que a violência estrutural é um problema que envolve várias dimensões e atinge as mulheres com DI, deixando marcas profundas em todos os aspectos, numa população considerada extremamente vulnerável. Por isso, a importância e também a urgência na qualificação dos profissionais de saúde para o atendimento às mulheres com DI, principalmente na educação sexual e reprodutiva, tendo em vista a dimensão e as lacunas existentes na assistência à saúde destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

1. Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 7 set. 2022.
2. World Health Organization; World Bank. World Report on disability. Genève, 2011. 350p.
3. BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
4. Ministério do Turismo (BR). Cartilha do Plano viver sem limites. Plano Nacional das Pessoas com Deficiência [Internet]. Brasília: Ministério do Turismo 2011. [acesso em 22 de julho 2023]. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf.

5. BRASIL. Lei n 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
6. BRASIL. Plano viver sem limites - Plano Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2011. 44 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf. Acesso em: 02 abril 2022.
7. Taquette, SR. (org.). Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência: propostas de intervenção para o setor saúde. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
8. Galtung, J. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.
9. Minayo, MCS.; Assis, SG.; Souza, ER. Os múltiplos tentáculos da violência que afeta a saúde: Novas e Velhas Faces da Violência no Século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde. (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.
10. Passos RL, Telles FSP, De Oliveira MBO. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. *Revista Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n.4, p. 154-164, dez. 2019. Número especial.
11. Navas P, Verdugo MA, Arias B, Gomez LE. Development of an instrument for diagnosing significant limitations in adaptive behavior in early childhood. *Research Developmental Disabilities*, Londres, v. 33, n.5, p. 1551 - 1559, setembro/out. 2012.
12. American association on intellectual and developmental disabilities. Definition of Intellectual Disability. Washington, D.C: AAIDD, 2010. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition#.V18LLvkrKUK>. Acesso em 09 jan. 2021.
13. Hetzroni OE, Banin I. The effect of educational software, video modelling and group discussion on social-skill acquisition among students with mild intellectual disabilities. *Journal of Applied Research Intellectual Disabilities*, England, v. 30, n.4, p. 757 - 773, jul. 2017.
14. Organização Mundial Da Saúde - OMS. Relatório mundial sobre deficiência. Tradução da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. São Paulo, 2012. 360 p.
15. Driedger D. The last civil rights movement. London, Hurst, 1989.
16. BRASIL. Lei nº 13.836, de 4 de junho de 2019. Acrescenta dispositivo ao art. 12 da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 4 jun. 2019. Disponível

em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/l13836.htm#:~:text=Acrease nta%20dispositivo%20ao%20art.,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/l13836.htm#:~:text=Acrease nta%20dispositivo%20ao%20art.,Art. Acesso em: 23 set. 2022.) Acesso em: 23 set. 2022.

17. Munguba MCS, Vieira VC, Cléa A, Porto V, Chrystiane M. Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 463-465, outubro/dez. 2015.

18. Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. Plano Estadual de Saúde 2020-2023. Recife, 2021. 459 p.

19. Ursi ES, Galvão CM. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 124-131, fev. 2006.

20. Mccarthy M, Bates C, Triantafyllopoulou P, Hunt S, Skillman KM. Put bluntly, they are targeted by the worst creeps society has to offer: police and professionals' views and actions relating to domestic violence and women with intellectual disabilities. *Journal Of Applied Research In Intellectual Disabilities*, Reino Unido, v. 32, n. 1, p. 71-81, jul. 2018.

21. Pinto PC. Out of the shadows: violence against girls and women with disabilities in Portugal. *Alter Journal European of Desability research*, Paris, v. 10, n. 2, p. 137-147, abr. 2016.

22. Meyer SR, Stöckl H, Vorfeld C, Kamenov K, García-moreno C. A scoping review of measurement of violence against women and disability. *Plos One Journal*, San Francisco, v. 17, n.1, jan. 2022.

23. Matin BK, Williamson HJ, Karyani Ali K, Rezaei S, Soofi M, Soltani, S. Sexual health concerns in women with intellectual disabilities: a systematic review in qualitative studies. *BMC Public Health*, London, v. 21, n. 1965, p. 01-21, out. 2021.

24. Li FS, Chow S, Akobirshoev I, Mitra, M. Partner Violence Hospitalizations Among Adults With Intellectual Disabilities. *American Journal of Preventive Medicine*, Detroit, v. 64, n. 1, p. 117-121, jan. 2023.

25. Mac-seing M, Zinszer K, Eryong B, Ajok, E, Ferlatte O, Zarowsky C. The intersectional jeopardy of disability, gender and sexual and reproductive health: experiences and recommendations of women and men with disabilities in northern uganda. *Sexual And Reproductive Health Matters*, London, v. 28, n. 2, p. 269-283, jun. 2020.